



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO MERCOSUL: NOVAS TENDÊNCIAS NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS DE BRASIL E ARGENTINA

Agnes Francisca Duarte Bezerra - UNLZ

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo a realização de uma análise comparativa das novas tendências de algumas universidades públicas de Brasil e Argentina frente ao processo de internacionalização da Educação Superior no MERCOSUL, no contexto da globalização, a partir dos planos de governos e das instituições de educação superior. Para ser alcançado o objetivo proposto foi realizada uma revisão bibliográfica e exploração documental das seguintes universidades, UNILA, UNILAB, UFRS, UNLZ e UBA, quanto ao processo de internacionalização em seus territórios acadêmicos. Os desafios ora encontrados estão relacionados à análise comparativa das políticas governamentais e institucionais que facilitam o processo de internacionalização no Brasil e Argentina, visto que tais políticas se dividem em dois níveis, entrada e saída de acadêmicos entre os países. Logo, o processo de internacionalização educacional enfrenta desafios além dos territórios acadêmicos. No entanto, mais que pensar numa internacionalização para a integração da educação superior no MERCOSUL, deve-se construir novos modelos de universidades capazes de promover uma internacionalização do conhecimento, respeitando às especificidades socioculturais dos povos para um desenvolvimento econômico e social da região.

Palavras-chave: Internacionalização da Educação Superior; Educação Comparada; Universidades e MERCOSUL.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

INTRODUÇÃO

A educação superior vem passando por inúmeras transformações políticas, administrativas, econômicas e acadêmicas. Nos últimos vinte anos, essas transformações têm se acentuado, principalmente, quando se observa a dimensão que a educação superior alcança em escala planetária. A massificação como ficou conhecido esse processo, exige que os países construam políticas e acordos capazes de contribuir para o fortalecimento da educação superior, e a partir dela promover desenvolvimento econômico e social.

No entanto, essa massificação vem contribuindo para o surgimento de um novo modelo de educação superior, àquela que é internacional, onde acadêmicos compartilham conhecimentos já definidos ou criam novos conhecimentos com base na mobilidade e intercâmbio, que ora acontece em escala planetária, entre países desenvolvidos e/ou subdesenvolvidos. Nesse contexto, surgem inquietações sobre o processo de internacionalização da educação superior e os novos modelos de universidades, que deverão ser analisadas.

Tais transformações estão permitindo uma reorganização das políticas educacionais elaboradas pelos governos federais, assim como pelas próprias Instituições de Ensino Superior (IES), promovendo uma nova configuração da educação superior, um novo paradigma, capaz de gerar grande desenvolvimento político, econômico e social através de acordos bilaterais. Contudo, a necessidade de traçar um entendimento sobre as políticas governamentais e institucionais são primordiais para uma conclusão acerca desse processo de internacionalização.

Com a criação de blocos econômicos ocorre um fortalecimento da internacionalização da educação superior, que já se faz presente há longas datas, e uma definição mais precisa do que se deseja alcançar com esse modelo de educação. O MERCOSUL, bloco regional, que a priori, foi formado por quatro países natos Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, vem presenciando um acelerado crescimento da internacionalização da educação superior. Há um fluxo cada vez mais intenso de estudantes, professores e cientistas entre os espaços das universidades dos países membros, com destaque especial, à preservação, na maioria das vezes, do processo de comunicação bilíngue (português-espanhol). Esse momento permite aos países compartilharem conhecimentos que vêm ao encontro de um desenvolvimento científico e cultural, garantindo respeito às desigualdades regionais.

Os acordos e tratados assinados pelos países do MERCOSUL, em especial, Argentina e Brasil estão numa escala para além do território do cone sul, pode-se dizer que esses países constroem uma internacionalização de educação superior transoceânica, ao se analisar os acordos bilaterais com países europeus, asiáticos e africanos. Tais medidas e acordos geram questionamentos como, quais as políticas adotadas pelos governos da Argentina e Brasil para a construção do processo de internacionalização da educação superior, e quais os planos, estratégias utilizadas pelas universidades para atrair alunos estrangeiros para seus territórios acadêmicos. Logo, o que se percebe é a construção de novos modelos universitários ou a reestruturação daqueles já existentes, para se afirmar as novas tendências de construção de conhecimento, a internacionalização.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

Este trabalho tem como objetivo a realização de uma análise comparada das novas tendências de algumas universidades públicas do Brasil e Argentina frente ao processo de internacionalização da Educação Superior no MERCOSUL, no contexto da globalização, a partir dos planos de governos e das próprias instituições de educação superior. A Universidade da Integração Latino-Americana – UNILA, localizada na cidade de Foz do Iguaçu, estado do Paraná, sul do Brasil, na tríplice fronteira Brasil/Paraguai/Argentina, a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB, localizada na cidade de Redenção, estado do Ceará, nordeste brasileiro, a Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS, com sede localizada na cidade de Chapecó, Santa Catarina, na região sul, a Universidade Nacional Lomas de Zamora – UNLZ, localizada no município de Lomas de Zamora, província de Buenos Aires, na Argentina e Universidade de Buenos Aires – UBA, localizada na capital da Argentina, serão o referencial para uma análise comparada do processo de internacionalização da educação superior no MERCOSUL. Contudo, para que se possa alcançar o objetivo proposto faz-se necessário um levantamento de fontes bibliográficas e documentais que venham dá suporte a estruturação deste projeto de pesquisa.

A internacionalização é, no momento atual, elemento essencial para se analisar e comparar o desenvolvimento da educação superior no MERCOSUL. Nesse conjunto, foi realizada uma revisão bibliográfica contemplando autores e pesquisadores renomados em discussões educacionais. Sobre o processo de internacionalização foram analisadas obras de Cláudio Rama, Mabel Dávila, Jorge Pons, Marginson, Rhoades, Marília Morosini, Guy Haug, Rosa Acevedo Marin, Azevedo, Karl Deutsch, Maria Rosimary S. dos Santos e Ana Maria Cambours de Donini, Mabel Dávila e Philip G. Altbach; Este trabalho está dividido em três itens com a seguinte estrutura: I- Internacionalização da Educação Superior; II- Brasil e Argentina – novas tendências para uma internacionalização da educação superior; III – Conclusão.

I- INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR.

O processo de internacionalização da educação superior se intensificou a partir dos anos de 1990, do século XX, no então chamado sistema neoliberal. A partir daí, a educação superior passou a ser incorporada como um produto da área de comércio internacional, controlada pelo Acordo Geral sobre Comércio de Serviços (GATTTS) da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Esses primeiros anos foram marcados por profundas transformações políticas e econômicas em vários países do mundo. O espaço geográfico mundial passou por várias (re)organizações capazes de configurar novos rumos para o desenvolvimento da humanidade. Em meio a tantas transformações, a educação superior anuncia seu mais novo paradigma, construído em meio ao uso das mais sofisticadas tecnologias de informações e comunicações possibilitando o surgimento de diferentes modalidades de ensino, o que vem contribuindo para seu intenso processo de expansão em escala intra e internacional. Esse novo modelo de educação superior permite a construção de uma internacionalização, a qual se torna realidade em escala mundial, e com ela surge uma nova divisão internacional do trabalho, também,



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

conhecida como divisão internacional do trabalho acadêmico, na qual cada país assume uma especialização no ramo do conhecimento, aproveitando o momento para manter vantagens competitivas (RAMA, 2009).

No campo econômico, os países promovem uma integração regional a qual os permitem um maior fortalecimento e desenvolvimento de suas economias. Contudo, a integração regional da educação superior vislumbra um novo e complexo paradigma, a ampliação do processo de internacionalização do conhecimento com a expansão da mobilidade de um número cada vez maior de estudantes e acadêmicos estrangeiros, os quais se encontram entre os elementos mais visíveis do internacionalismo da educação superior, de acordo com Altbach, 2009.

No Brasil, o processo de internacionalização da educação superior vem sendo construído a passos largos com planos e ações do próprio governo federal ao criar universidades federais, a partir de 2008, cujo objetivo é ampliar a oferta a alunos estrangeiros em seus mais diversos cursos de graduação e pós-graduação. Por outro lado, a Argentina amplia a internacionalização da educação superior em seu território ofertando cursos de pós-graduação, especialmente, a alunos estrangeiros em suas universidades federais.

A internacionalização da educação superior permite a construção de áreas semelhantes às áreas dos blocos econômicos, possibilitando, neste caso, o fluxo de conhecimento entre os países membros, cujo objetivo se acentua na capacidade de autodesenvolvimento de suas nações. Nesse novo contexto, a educação superior se concretiza, principalmente, através de duas vias: a da mobilidade de estudantes, acadêmicos e profissionais e a expansão da oferta educativa transnacional (DÁVILA, 2009, p.87). Contudo, a consequência mais visível deste fenômeno é a articulação e integração entre os diferentes sistemas nacionais com o objetivo de facilitar esta mobilidade.

No entanto, é com o avanço das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) que os sistemas educacionais se fortalecem a partir da transmissão de informações em um espaço de tempo cada vez mais curto e territorialmente mais amplo. Esses avanços permitem ao conhecimento romper fronteiras políticas e culturais, proporcionando o intercâmbio de conhecimentos através dos sistemas interativos (PONS, 2009), integrando a educação em espaços contínuos como é o caso do Espaço Europeu Educação Superior (EEES), ou em espaços descontínuos, como exemplo, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), a qual se fortalece com a criação da Universidade da Integração Lusofonia Afro-Brasileira. Neste sentido, “a internacionalização é a globalização da educação superior, o desenvolvimento do aumento de sistemas educacionais integrados e as relações universitárias além da nação” (MARGINSON; RHOADES 2002 apud MOROSINI, 2006, p.115).

Em meio a essas transformações, a educação continua sendo classificada como um bem público global. O direito à educação é um direito humano fundamental, a possibilidade de acesso universal a ela, em igualdade de condições para os indivíduos, também o é. Nesse marco é válida sem dúvida, a proposta de uma genuína internacionalização da educação, construída sobre bases solidárias e respeitadas da idiossincrasia e as identidades culturais de cada povo (PONS, 2009, p.27).

Mas, o que se vem percebendo no processo de internacionalização é o surgimento de inúmeras tensões sociais e econômicas, dadas pelo incremento da competência, novos



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

paradigmas educativos que se confrontam com as realidades tradicionais, e um direto incentivo a mercantilização da educação como afirma, Cláudio Rama, 2009.

A internacionalização da educação superior é uma realidade concreta, a constituição do Espaço Europeu de Educação Superior (EEES), que foi concretizado em 2010, deu à União Europeia (UE) o título de pioneira neste processo, garantindo aos estudantes o direito a mobilidade interuniversitária com a utilização de créditos acadêmicos. A UE, mas uma vez se antecipa para o desenvolvimento de um sistema de ensino cada vez mais eficiente, agora, ao estabelecer os objetivos a serem alcançados até 2020, onde se visa "reduzir a taxa de abandono escolar precoce para menos de 10%; aumentar para, pelo menos, 40% a percentagem da população na faixa etária de 30-34 anos que possui um diploma do ensino superior". Acredita-se que a melhoria do indicador educacional servirá para aumentar a possibilidade de emprego e consequentemente promover a redução da pobreza. (EUROPE2020). Às perspectivas frente ao EEES é permitir que essa nova modalidade de ensino estenda-se por todos os níveis entre os países que fazem parte desse acordo educacional, como afirma Guy Haud (2009, p. 97) "el proceso de convergencia educativa europea hacia objetivos europeos se extendió a todos los niveles y partes de los sistemas educativos", promovendo uma internacionalização mais complexa e completa.

Segundo Acevedo Marin & Brasil (2004, p.14) "a internacionalização da educação é uma denominação para a utilização plena das atividades de cooperação internacional entre diversas instituições educacionais em todo o mundo". Logo, pode-se afirmar que o processo de internacionalização educacional se fortalece com o estabelecimento de acordos bi e multilaterais, estabelecidos com cooperações internacionais. Para o Brasil, as cooperações internacionais ligadas diretamente à educação envolvem tentativas de valorizar esses serviços no MERCOSUL, como afirma Acevedo Marin & Brasil (2004, p.15),

A partir de 1998, o MERCOSUL vem sendo acionado pelo governo brasileiro para tratar de encontrar opções que valorizem os serviços educacionais na dimensão da cooperação, produzindo, como resultados programas específicos no CNPq e na CAPES, que estimulam os Estados brasileiros, normalmente limítrofes aos participantes do MERCOSUL, a beneficiarem-se desta ferramenta para fortalecer o apoio às atividades educacionais nestes países, centrando-se, porém, nas missões de estudos e atividades científicas.

Segundo Azevedo (2008, p.876), "a internacionalização não é um fenômeno metafísico de transposição de fronteiras, mas, sim, um complexo processo de integração a um campo acadêmico mundializado em que os diversos atores sociais travam relações com vistas a intercambiar, a cooperar e a compartilhar solidariamente no âmbito de suas ações sociais e espaços de influência no que se relaciona ao conhecimento, à ciência, à técnica, às artes e a cultura".

Assim, torna-se inegável o compartilhamento para a construção de um novo modelo de educação, com a participação de pesquisadores, estudiosos, cientistas, professores e estudantes dos mais diferentes países do mundo, o que de fato se constitui em uma internacionalização da educação, em especial da educação superior. A mobilidade de conhecimento pela mais rápida via de transporte, atualmente, a internet, com uso de fibra



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

óptica, contribui massivamente para a construção desse novo modelo de educação. Essa dinâmica se acentua com a mobilidade de estudantes e professores utilizando os mais variados meios de transportes, consagrando uma participação in loco, permitindo a concretização do tradicional modelo de educação baseado na relação presencial professor-aluno, o qual de fato, ainda hoje, é considerado o mais “seguro” modelo de construção de conhecimento.

A internacionalização está estritamente vinculada ao processo de integração, pois segundo DEUTSCH (1990, p.10) uma integração plena se dá não somente pela via econômica, mas também pela política, social e cultural. Elas podem acontecer todas juntas ou separadamente, pois são estágios distintos de um processo integratório. A integração regional é na maior parte das vezes apenas definida pelo viés econômico, relegando outros aspectos que irão, de fato, dar coesão interna a um bloco regional.

Na última década do século XX, o processo de integração foi visto como uma necessidade para atender às exigências das mudanças na sociedade, e a oportunidade para se chegar ao desenvolvimento. Contudo, “la integración no será un instrumento genuino para el mejoramiento de las condiciones de vida de la población, sino solamente un paso necesario para racionalizar el funcionamiento de la sociedad de consumo” (PONS, 2009, p.31).

As discussões sobre o processo de integração vêm ganhando uma dimensão cada vez mais ampla, ao longo dos anos. Na Conferência preliminar de Havana em novembro de 1996, defendeu-se a idéia de promover a integração cultural e educativa, com a mobilidade estudantil, acadêmica e profissional, como a etapa inicial para a integração política e econômica, ou seja, uma internacionalização. Tais ideias foram reforçadas em outubro de 1998, quando da Conferência Mundial da UNESCO, onde se passa a estimular “el intercambio de conocimientos, la creación de sistemas interactivos, la movilidad de profesores y estudiantes y los proyectos de investigación internacionales”, respetando 'las identidades culturales y sociales'” (PONS, 2009, p.37).

Porém, “a integração não é um fato acabado, nem apenas um marco, mas um processo. Este processo vai se consolidando por meio da criação de instituições supranacionais e transnacionais” (DEUTSCH, 1957 apud MARTINS, 2010, p.15). Segundo Altbach (2009, p. 253-4),

las instituciones académicas son internacionales. Están relacionadas más allá de las fronteras por una tradición histórica común. También se conectan a partir de una red de conocimientos internacional, que comunica las investigaciones en todo el mundo (...). La universidad es, más que ninguna otra institución, internacional por naturaleza. Las universidades de más alto nivel y sus académicos y científicos están directamente incluidas dentro de la red internacional. Los que están en la periferia, en cambio, pueden no estar incluidos directamente, pero de todos modos resultan afectados por ellas. En un mundo en el cual las relaciones internacionales en el comercio, la ciencia y la tecnología se consideran fundamentales para la 'competitividad', el papel internacional de la academia es aún más important.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

Neste contexto, a União Europeia tornou-se o expoente no processo de internacionalização da educação superior. A integração educativa se inicia com a *Declaração de Sorbonne* de maio de 1998 e a *Declaração de Bolonha* de junho de 1999, com vistas à construção do Espaço Europeu de Educação Superior (EEES), cujo objetivo declarado para a sua criação consistiria na possibilidade de favorecer a mobilidade dos cidadãos, a obtenção de empregos e o desenvolvimento do continente, como afirmam Santos e Donini, 2010. Para facilitar o processo de integração educacional foi criado o Sistema de Crédito Europeu, permitindo o reconhecimento de titulações e períodos de estudos assim como a mobilidade de estudantes entre países (DÁVILA, 2009, p.87).

Por outro lado, SANTOS e DONINI, 2010 afirmam que na América Latina:

As universidades latino-americanas vêm desenvolvendo ações que tendem à articulação, à cooperação e à convergência em várias modalidades de vinculação, como por exemplo: a integração promovida por agentes econômicos e organizações da sociedade civil com participação das universidades; a cooperação científica e os intercâmbios bilaterais de investigadores entre pós-graduações, institutos e centros de pesquisa universitários; as redes de universidades, como o Grupo Montevideu; o Setor Educativo do MERCOSUL (SEM) como “instituição intergovernamental”.

O Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) desde a sua criação em 1991, com a assinatura do *Tratado de Assunção* pelos seus participantes (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai) já destacava um capítulo específico para a educação, fortalecendo e dinamizando o processo de integração entre os países membros. A integração educacional inicia-se com a assinatura do *Protocolo de Intenções*, em 13 de dezembro de 1991, na cidade de Brasília pelos ministros da educação dos países integrados ao bloco regional (SANTOS & DONINI, 2010).

Apesar da existência de muitos desafios, o processo de integração educacional no cone sul tem avançado de forma significativa deste a criação do Setor Educativo do MERCOSUL (SEM). O seu avanço tem se dado em etapas, cuja, a primeira caracteriza-se pela “construção das estruturas operativas do SEM”. Na segunda, o objetivo foi “reafirmar a identidade cultural, alcançar a transformação produtiva com equidade e fortalecer a democracia no marco da integração, através de políticas de impacto direto sobre os sistemas educativos” (SANTOS & DONINI, 2010).

Em sua terceira etapa, em 2001 o Setor Educativo do MERCOSUL é aprovado, juntamente com seus objetivos, os quais são:

Contribuir aos objetivos do MERCOSUL conformando um espaço educativo comum, estimulando a formação da consciência cidadã para a integração, a mobilidade e os intercâmbios com o objetivo de lograr uma educação de qualidade para todos, com atenção especial aos setores mais vulneráveis em um processo de desenvolvimento com



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

justiça social e respeito à diversidade cultural dos povos da região (MERCOSUL, 2000 apud SANTOS & DONINI, 2010).

O processo de integração educacional no MERCOSUL, apesar dos avanços teóricos, tem encontrado percalços para que de fato possa ser posto em prática, no entanto a internacionalização da educação superior e, conseqüentemente, o conhecimento no cone sul vem conquistando um espaço cada vez mais amplo com mobilidade e intercâmbio de acadêmicos. A integração educacional é uma etapa necessária para a organização e desenvolvimento de blocos regionais, mas não se pode deixar de lado o respeito às especificidades de cada povo, principalmente se essa diversidade se encontrar no mesmo território nacional.

II- BRASIL E ARGENTINA - NOVAS TENDÊNCIAS PARA UMA INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR.

Com uma abordagem essencialmente qualitativa, neste trabalho foi realizada uma correlação informacional, com base na análise de planos, tratados, leis e acordos governamentais e institucionais, assim como artigos e livros que fazem referência a internacionalização da educação superior no MERCOSUL.

Foram selecionadas algumas universidades de Brasil e Argentina para este estudo, levando-se em consideração dados bibliográficos e documentais das instituições, e analisando-se os planos de internacionalização propostos. Como exemplo dessas universidades que serviram como objetos de estudos tem-se, a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), essas localizadas no Brasil; a Universidade de Buenos Aires (UBA) e a Universidade Nacional Lomas de Zamora (UNLZ), ambas localizadas na Argentina.

Para melhor entendimento e organização será obedecida a ordem dos países e universidades estabelecidas no exemplo acima.

Brasil

A última década dos anos de 1900 foi marcada por grandes mudanças em escala planetária, novas configurações econômicas e políticas foram traçadas para um Estado que passa de controlador a regulador. No Brasil, o sistema neoliberal impulsiona a economia assim como, a educação superior, para uma nova trajetória marcada pelo campo da competitividade. Segundo SGUISSARDI (2009, p. 209), no diagnóstico neoliberal a educação superior deveria tornar-se um promissor mercado ou quase mercado de serviços a ser regulamentado no âmbito dos Acordos Gerais e no do Comércio e Serviços (AGCS) da Organização Mundial do Comércio (OMC).



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

Nesta perspectiva, a educação superior brasileira, representada pelas IES, presenciam momentos de recessão, com "sucateamento" de prédios e desvalorização dos profissionais (docentes e administrativos). Tal situação serve como estímulo para a criação de IES privadas, com ampliação do número de vagas ofertadas por estas instituições e a valorização das mesmas. No entanto, no governo Lula (2003 - 2010) as políticas construídas para a educação superior restabeleceram a valorização e o fortalecimento das IES públicas, iniciando-se um novo período, aonde vem se dando continuidade com o governo de Dilma Rousseff (2011 - 2014).

Em 2007, o governo brasileiro através do Decreto nº 6.096 de 24 de abril de 2007, institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, cujo "objetivo é de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais." No seu artigo 2º, inciso II, o programa estabelece a seguinte diretriz: "ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior;"

Essa medida, estabelecida pelo governo Lula, tem permitido uma expansão da estrutura física de novas universidades instaladas pelo interior, longe dos grandes centros urbanos, sendo esse o diferencial, e um crescimento do número de vagas ofertadas, tanto, a alunos brasileiros quanto estrangeiros nos cursos de graduação e pós-graduação. Segundo a presidente Dilma Rousseff, em seu pronunciamento "café com a presidente" de 22/08/2011 o processo de expansão das universidades federais foi iniciado "entre 2003 e 2010, período em que foram criadas 14 universidades federais e 126 novos campi universitários", fazendo-se uma previsão para até 2014, "serão inauguradas quatro novas universidades federais, no Norte e no Nordeste, 47 novos campi a partir da expansão de universidades já existentes".

Com o objetivo de promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, o governo federal através de parcerias entre os Ministérios da Educação (MEC), Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), lançou o programa ciência sem fronteiras, o qual garantirá o intercâmbio e a mobilidade internacional de alunos de graduação e pós-graduação. A previsão é que serão disponibilizadas 101 mil bolsas de apoio para que alunos brasileiros possam fazer "estágio no exterior com a finalidade de manter contato com sistemas educacionais competitivos em relação à tecnologia e inovação. Além disso, busca atrair pesquisadores do exterior que queiram se fixar no Brasil ou estabelecer parcerias com pesquisadores brasileiros (...)" (Ciência sem Fronteiras - 2013)

O governo federal brasileiro vai além dos objetivos e diretrizes do REUNI, e do Programa Ciência sem Fronteiras. A partir do Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (Promisae), estudantes estrangeiros, de países com os quais o Brasil mantém acordos - em especial os latino-americanos e africanos - nas áreas de educação e cultura, que estejam regularmente matriculados nas instituições federais de educação superior que fazem parte do Programa Estudante-Convênio de Graduação (PEC-G), podem receber apoio



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

financeiro para sua manutenção durante o curso, no valor de um salário mínimo mensal. Essa medida, não apenas garante a permanência de estudantes nas IES como promove o fortalecimento da internacionalização do conhecimento em território brasileiro.

Esse novo período pelo qual passa a educação superior brasileira é marcado pela construção de novas IES públicas, as quais traçam inovadoras metas e objetivos acompanhando as exigências do processo de globalização. Como destaque inicial, a Universidade da Integração Latino-Americana - UNILA, localizada na cidade de Foz do Iguaçu, estado do Paraná, região sul do Brasil, é uma universidade de caráter internacional, sendo que 50% dos alunos e docentes são brasileiros e os outros 50% são provenientes de outros países da América Latina. No espaço físico da UNILA são utilizadas duas línguas - português e espanhol - sendo constituída por um sistema bilíngue, e respeito à diversidade cultural.

De acordo com o Projeto lei nº 2.878/2008 que cria a UNILA, essa universidade promoverá o intercâmbio acadêmico e a cooperação solidária com os países que integram o MERCOSUL e com os demais países da América Latina. Um dos objetivos propostos é formar recursos humanos aptos a contribuir com a integração latino-americana, com o desenvolvimento regional e com o intercâmbio, cultural, científico e educacional da América Latina, especialmente no MERCOSUL. Sendo um novo modelo de universidade, a UNILA promoverá a integração regional e proporcionará ao espaço brasileiro participar da internacionalização da educação superior.

A lei nº 12.289 de julho de 2010 criou a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB, localizada na cidade de Redenção, estado do Ceará, na região nordeste do Brasil. Em seu artigo 2º está definido o objetivo, o qual será:

Ministrar ensino superior, desenvolver pesquisas nas diversas áreas de conhecimento e promover a extensão universitária, tendo como missão institucional específica formar recursos humanos para contribuir com a integração entre o Brasil e os demais países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP, especialmente os países africanos, bem como promover o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico e educacional.

A "cooperação internacional, pelo intercâmbio acadêmico e solidário com países membros da CPLP, especialmente os países africanos, pela composição de corpo docente e discente provenientes do Brasil e de outros países" (...), como característica de sua atuação é definida em seu parágrafo 1º. Neste caso, a UNILAB, também, é palco do processo de internacionalização da educação superior em território brasileiro, destacando-se pela integração formada por espaços descontínuos, ou seja, o encontro de alunos de países que falam a língua portuguesa, localizados nos mais diferentes continentes do mundo.

A Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS é analisada devido à proximidade com os países do MERCOSUL, e ao seu amplo território de atuação. Criada pela lei nº 12.029 de 15 de setembro de 2009, a UFFS tem campus distribuídos pelos três estados da região sul do país, com sede localizada na cidade de Chapecó, estado de Santa Catarina. Conforme o artigo 2º:



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

A UFFS terá por objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisas nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, caracterizando sua inserção regional mediante atuação multicampi, abrangendo, predominantemente, o norte do Rio Grande do Sul, com campi nos municípios de Cerro Largo e Erechim, o oeste de Santa Catarina, com campus no município de Chapecó, e o sudoeste do Paraná e seu entrono, com campi nos municípios de Laranjeira do Sul e Realeza.

Apesar de não definir em seus objetivos nenhum processo de integração, intercâmbio com docentes e discentes de outros países, a UFFS faz parte da análise do processo de internacionalização da educação superior por suas localizações, extremo sul do país, e a proximidade com os países, membros natos, do MERCOSUL, tal localização vem influenciando ou proporcionando uma internacionalização do conhecimento nessa região.

Argentina

O governo Argentino através do Ministério da Educação vem promovendo ações no sentido de incentivar uma maior internacionalização da educação superior. A criação do Programa de Internacinalización de la Educación Superior Y Cooperación Internacional, com o objetivo de "maximizar el aprovechamiento de las oportunidades que el mundo de la cooperación educativa y académica ofrecen en el ámbito nacional, regional e internacional", é um exemplo dessas ações.

O processo de internacionalização da educação superior na Argentina vem de longas datas se mostrando cada vez mais competitivo. Outro destaque é o Programa de Mobilidade Acadêmica Internacional (PROMAI), onde o objetivo é "favorecer y estimular la movilidad interncaional de docentes e investigadores de la UBA con intituciones del exterior e viceversa, propiciando el intercambio y el enriquecimiento académico y científico mutuos." (UBA - 2013). Por outro lado, não se pode deixar de mencionar a presença de alunos estrangeiros, inclusive brasileiros, nos cursos de graduação e pós-graduação da Universidade de Buenos Aires - UBA, cuja localização é na capital Argentina. Tal relação proporciona em território argentino o processo de internacionalização da educação superior.

Assim como está ocorrendo no Brasil, a internacionalização da educação superior na Argentina está passando por um processo de descentralização, ou seja, a mobilidade de alunos estrangeiros, ganha espaço nas universidades localizadas nas pequenas cidades, longe dos grandes centros urbanos. Neste caso, pode-se citar o deslocamento de alunos brasileiros para a Universidad Nacional Lomas de Zamora (UNLZ), localizada na cidade de Lomas de Zamora, província de Buenos Aires, para os cursos de pós-graduação, mestrado e doutorado nas áreas de educação e direito, respectivamente. Essa mobilidade acadêmica vem permitindo o intercâmbio de conhecimento científico e cultural entre brasileiros e argentinos.

Para que uma universidade passe a investir na integração regional ou na internacionalização da educação superior não é necessário que esteja explícito em seu objetivo ou missão. A UNLZ, não faz nenhum tipo de menção à internacionalização ou integração como se pode confirmar em seu Estatuto, artigo 1º: a UNLZ tem como missão "crear, preservar y transmitir la cultura universal, reconocer la libertad de enseñar, aprender, investigar y promover la formación plena del hombre como sujeto y destinatario de la



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

cultura", mas avança na construção de uma educação internacional, contribuindo para uma melhor aproximação entre latinos-latinos e latinos-africanos.

A mobilidade de estudantes e pesquisadores brasileiros em direção à Argentina e a outros países; assim como de argentinos em direção ao Brasil e a outros países é contínua; do mesmo modo a entrada de acadêmicos e cientistas vindos de vários países, principalmente, africanos também é dinâmica nos territórios acadêmicos de Brasil e Argentina, proporcionando uma internacionalização da educação superior em ritmo acelerado.

A busca por essa internacionalização e a quase inexistência de universidades construídas com tais objetivos faz com que as IES tradicionais iniciem o desenvolvimento de ações voltadas para a internacionalização, permitindo com que a globalização da educação superior se concretize. Tais tendências para o processo de internacionalização da educação superior no Brasil e Argentina, vêm ao encontro do aumento do número de vagas ofertadas a estudantes e pesquisadores que buscam maior qualificação profissional dentro do continente latino americano.

III- CONCLUSÃO.

A educação superior vem passando por grandes transformações, cada vez mais intensas e velozes. O contínuo fluxo de informações e pessoas pelo mundo permite a ocorrência de mudanças extraordinárias na economia, política assim como, nos sistemas educacionais. Construir conhecimento em escala planetária de forma conectada com as mais diversas línguas e culturas é permitir a construção de um novo modelo de educação, caracterizado como, o novo paradigma da educação superior.

Desse modo, estruturar o conhecimento através de acordos e tratados internacionais entre governos e instituições torna-se o cerne par um novo modelo de educação. Reconfigurar as universidades, já existentes, como tendências atuais, para se inserirem em âmbito global, ultrapassando fronteiras físicas de territórios nacionais faz parte do intenso processo de internacionalização do conhecimento, garantindo uma conexão de saberes e culturas, com a mobilidade de estudantes, pesquisadores e professores nos mais diversos cursos de graduação e pós-graduação existentes.

Diante desse contexto, em que se insere a educação superior, o processo de internacionalização torna-se elemento essencial para o crescimento científico e cultural entre países do mundo. O compartilhamento do saber, do conhecimento é algo imensurável diante das vantagens econômicas, sociais e políticas que se podem obter. Porém, não se podem negar as disparidades entre os graus de conhecimentos compartilhados pelos países do mundo, ou seja, o "normal" é que acadêmicos de países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento busquem maior conhecimento em países desenvolvidos, pois se acreditam que estes têm mais a oferecer.

Segundo Ristoff e Giolo (2006), a educação superior em sua missão estratégica está associada, a uma imagem de futuro que se deseja para o país, onde se comunga da ideia que nenhum país pode aspirar desenvolvimento e independência sem uma forte educação superior. Nestes termos, se aceita como visão o processo de internacionalização educacional



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

considerado elemento chave, nos dias atuais, para o desenvolvimento simultâneo entre os países que participam de uma integração regional, como o MERCOSUL.

10. Bibliografía.

ACEVEDO MARIN, R. E; BRASIL, W. Internacionalização da educação superior no Brasil. Belém: UNAMAZ, 2004.

ALTBACH, Philip G. Educación superior comparada: el conocimiento, la universidad y el desarrollo. 1ª ed. Buenos Aires: Universidad de Palermo - UP, 2009.

ARGENTINA. Ministerio da Educação. Disponível em: < <http://portales.educacion.gov.ar/spu/cooperacion-internacional/>>. Acesso em: 10 fev. 2013.

_____. Lei nº 19.888/ 1972. Disponível em: < http://www.der.unicen.edu.ar/biblioteca/upload/biblio/contenidos/19888_Lomas_de_Zamora.pdf> . Acesso em: 10 fev. 2013.

AZEVEDO, M. L. N. A integração dos sistemas de educação superior na europa: de Roma a Bolonha ou da integração econômica à integração acadêmica.

BRASIL. Blog do Planalto. Disponível em: < <http://blog.planalto.gov.br/assunto/escolas-tecnicas>>. Acesso em: 10 fev. 2013.

_____. Ciência sem fronteiras. Disponível em: <<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/o-programa>>. Acesso em: 10 fev. 2013.

_____. Ensino Superior. Disponível em: < <http://www.brasil.gov.br/sobre/educacao/sistema-educacional/ensino-superior>>. Acesso em: 10 fev. 2013.

_____. Projeto lei nº 2.878/2008. Disponível em: <<http://www.unila.edu.br/conteudo/proposta-pedag%C3%B3gica>>. Acesso em: 10 fev. 2013.

_____. Lei nº 12.289/2010. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12289.htm>. Acesso em: 10 fev. 2013.

_____.Lei nº 12.029/2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Lei/L12029.htm>. Acesso em: 10 fev. 2013.

DÁVILA, M. Tendencias Internacionales de la Educación Superior. **Revista sudamericana de educación, universidad y sociedad: Educación comparada e internacional**, Montevideo, n. 1, p. 84-99, 2009.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

EUROPE 2020. Disponível em: <http://ec.europa.eu/europe2020/europe-2020-in-a-nutshell/targets/index_pt.htm>. Acesso em: 13 fev. 2013.

HAUG, G. El nuevo paradigma de la educación superior. In: FERNÁNDEZ LAMARRA, N. (comp.). Universidad, sociedad e innovación. Buenos Aires: Eduntref, 2009.

MARTINS, J. R. A Unila e a integração Sul-Americana: um projeto de liderança regional brasileira. Disponível em: <http://www.administradores.com.br/artigos/administracao-e-negocios/a-unila-e-a-integracao-sul-americana-um-projeto-de-lideranca-regional-brasileira/46972/>>. Acesso em: 04 nov. 2011.

MOROSINI, M. C. Estado de conhecimento sobre internacionalização da educação superior – conceitos e práticas. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a08n28.pdf>>. Acesso em: 04 nov. 2011.

PONS, J. A. Educación superior: internacionalización, transnacionalización, e integración regional, papel de las nuevas tecnologías de la información y la comunicación (TIC). **Revista sudamericana de educación, universidad y sociedad: Educación comparada e internacional**, Montevideo, n. 1, p. 26-43, 2009.

RAMA, C. La tendencia a la internacionalización de la educación superior. In: FERNÁNDEZ LAMARRA, N. (comp.). Universidad, sociedad e innovación. Buenos Aires: Eduntref, 2009.

RISTOFF, D; GIOLO, J. O SINAES como Sistema. Brasília, 2006.

SANTOS, M. R. S; DONINI, A. M. C. Políticas de integração e internacionalização da educação superior no MERCOSUR educativo. Disponível em: <http://www.inpeau.ufsc.br/wp/wp_content/BD_documentos/coloquio10/213.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2011.

SGUISSARD, Valdemar. Universidade brasileira no século XXI. São Paulo: Cortez, 2009.